

Projeto da reforma tributária é adiado no Senado Federal

Relatório não foi lido, como reação à questão das emendas

Por Karoline Cavalcante

Mesmo a reforma tributária, ponto da pauta em que há maior interesse de aprovação pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sofreu com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de manter as restrições à liberação das emendas orçamentárias.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou nesta segunda-feira (9) a reunião para a leitura do relatório do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que trata da regulamentação da reforma tributária. O vice-presidente da comissão, senador Marcos Rogério (PL-RO), anunciou o cancelamento alegando a "absoluta ausência de quórum". Segundo ele, apenas seis dos 14 senadores necessários para a deliberação estavam presentes na sessão. O adiamento foi interpretado como a primeira reação do Congresso à decisão tomada por Dino.

"Estamos com uma sessão de extrema importância. Já são 16h10, e os senadores presentes até agora são, em sua maioria, parlamentares da oposição. Me parece que há algum problema: ou o sistema não está registrando corretamente a presença, ou realmente não há quórum suficiente. Diante disso, declaro o cancelamento da reunião", afirmou Marcos Rogério.

O projeto é relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), que também publicou o parecer no sistema do Senado na manhã desta segunda-feira. Após a divulgação, Braga con-



Lula Marques/ Agência Brasil

Senadores da CCJ não pararam para ouvir Eduardo Braga

cedeu uma coletiva de imprensa, onde detalhou os principais pontos do texto. O senador destacou que o relatório visa "estabelecer equilíbrio, segurança jurídica e simplificação", transformando fórmulas complexas em questões mais claras e de fácil interpretação.

A leitura do relatório estava inicialmente prevista para ocorrer na quarta-feira (4) da semana passada. Mas, já devido às dificuldades, o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União-AP), optou por adiar a sessão. Na ocasião, Alcolumbre também anunciou que seria concedido um prazo de 48 horas para vistas coletivas, com a expectativa de que o texto fosse votado na comissão na quarta-feira (11). Como o texto não foi lido na segunda-feira, não se sabe agora como será o procedimento de Alcolumbre agora.

Questões políticas

O cientista político Leandro Gabiatti, doutor em Ciências Políticas, explicou que, embora o adiamento não seja ideal, ele faz parte do processo de tramitação de uma matéria tão complexa e relevante. Gabiatti destacou que "há questões políticas envolvidas" na falta de quórum, já que o relator do projeto recebe uma série de demandas após a publicação do relatório, com parlamentares buscando ajustes no texto.

Embora a mudança no cronograma tenha gerado incertezas, Gabiatti acredita que a votação do PLP não será adiada para a próxima semana. Ele sugere uma possível flexibilização do prazo de vistas, com a expectativa de que, se aprovado na CCJ, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), possa pautar a votação no plenário até sexta-feira (13). "Pacheco provavelmente quer enviar a proposta para a Câ-

mara dos Deputados ainda esta semana, para que, caso seja possível, a Câmara tenha uma semana para analisar as alterações feitas pelo Senado", explicou.

Fica para 2025?

Essa análise foi corroborada por Aroldo Oliveira, coordenador Jurídico e Tributário da BMJ Consultores Associados. Segundo ele, a expectativa é de que o PLP 68/2024 seja enviado à sanção presidencial ainda em 2024.

O especialista afirmou que o relator construiu um parecer que oferece alternativas para o andamento da tramitação legislativa, com acordos já firmados com a Câmara.

Aroldo apontou como uma das possibilidades Alcolumbre convocar uma reunião extraordinária da CCJ nesta terça-feira (10), para a leitura do parecer e concessão de vistas coletivas por 24 horas.

Entenda as principais mudanças no texto de Braga

Por Karolina Cavalcante

Após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizarem, juntas, 35 audiências públicas sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que trata da regulamentação da reforma tributária, o relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), enfim publicou o seu parecer na manhã desta segunda-feira (9).

De acordo com ele, foram analisadas 1.998 emendas parlamentares, além de mais de 500 sugestões do Grupo de Trabalho (GT) da CAE sobre o tema.

O PLP busca viabilizar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), com a substituição de cinco tributos atuais (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) por três: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal; e o Imposto Seletivo, de competência federal. O IVA dual prevê que a arrecadação passará da produção para o consumo.

Imposto seletivo

Entre os principais pontos do texto estão a inclusão de armas e munições no imposto seletivo, salvo se destinadas às Forças Armadas ou aos órgãos de segurança pública. Este tributo regulatório, também conhecido como "imposto do



Marcelo Camargo/ Agência Brasil

Armas entram na lista do "imposto do pecado"

pecado", incide sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Os demais itens incluídos pela Câmara dos Deputados foram mantidos, são eles: veículos, embarcações e aeronaves, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, bens minerais e concursos de prognósticos e fantasy sport.

Cashback

As alterações incluem no cashback despesas com telecomunicações, essa medida permitirá a devolução parcial ou integral do imposto pago (CBS e IBS) para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ressaltados os produtos sujeitos ao IS. O texto já previa a manutenção de 100% de devolução do CBS e 20% para IBS na aquisição de produtos

como energia, água, esgoto e gás canalizado e botijão de gás de até 13 kg.

Bens imóveis

Foram acrescentadas algumas modificações no que diz respeito aos bens imóveis. Como o aumento da redução de alíquota de 40% para 50% para as operações gerais e de 60% para 70% nas operações de locação. Sendo que, a tributação para as locações estabelecem o quantitativo mínimo de três imóveis e o volume de receita de no mínimo R\$ 240 mil anuais. Também houve o aumento do redutor social no aluguel, de 400,00 para R\$ 600,00.

Trava

O relatório reforçou o dispositivo que estabelece a obrigação de a partir de 2033, a obrigatoriedade do cumpri-

mento da alíquota padrão para até 26,5%. Caso a alíquota fure o teto, o Poder Executivo precisará encaminhar um PLP junto ao Comitê Gestor do IBS propondo medidas de diminuição da carga tributária.

Alíquota teste

Em 2026, o IBS e a CBS serão testados, ou seja, os tributos serão destacados mas não serão recolhidos, o objetivo é verificar a viabilidade do funcionamento.

Outros

Para Bares e Restaurantes; Hotéis, Parques de Diversão e Parques Temáticos; e Transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e hidroviário intermunicipais e interrestaduais; a alíquota padrão foi reduzida em 40%. Além disso, foram mantidos os itens da cesta básica.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Érico Alves/Agência Gov



Primeira fragata da classe Tamandaré

TCU vê diversos problemas em programa de fragatas

O Tribunal de Contas da União aprovou acórdão que lista uma série de problemas e irregularidades no Programa Fragatas Classe Tamandaré, da Marinha. O custo total foi orçado em US\$ 2,352 bilhões — cerca de R\$ 14 bilhões em valores de hoje, R\$ 9 bilhões em 2019, ano do contrato.

De acordo com o TCU, o programa para encomenda e compra de qua-

tro fragatas foi orçado, em 2012, em US\$ 350 milhões por navio, valor que chegou a US\$ 588 milhões cinco anos depois.

Segundo o acórdão, as quatro unidades consumirão 50% do orçamento de custeio da Marinha entre 2029 e 2032 e 30% nos demais anos". A força tem outros 98 navios, além de "ativos relativos à aviação naval e ao Corpo de Fuzileiros Navais".

Estatal

O programa foi desenvolvido com a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), uma estatal subordinada à Marinha. A empresa será a proprietária das fragatas, que serão cedidas à força por 25 anos. O Consórcio Águas Azuis foi escolhido para a construção dos navios.

Ciclo menor

O tempo de operação das fragatas foi outro ponto levantado. A estimativa inicial previa um ciclo de vida de 30 anos, reduzido para 25 anos. O acórdão ressalta que isso impacta os cálculos da depreciação e, consequentemente, o Estudo de Viabilidade Orçamentária.

Saulo Cruz/TCU



TCU quer evitar irregularidades futuras

Construtor dispensado de fornecer munição para testes

Além do aumento da inflação, o TCU destaca outro ponto que contribuiu para o aumento dos custos do programa: a retirada da obrigação do construtor de fornecer munição para os testes das armas que serão instaladas nos navios.

A mudança no valor fez a Marinha estimar a necessidade de investi-

mentos adicionais de R\$ 3,94 bilhões.

Relatado pelo ministro-substituto Weder de Oliveira, o acórdão, de 13 de novembro, concluiu que não haveria a possibilidade de medidas corretivas imediatas já que o contrato cita fatos consumados. Mas frisou a necessidade de "inibir irregularidades para situações futuras".

Alternativa

Integrantes do governo começaram a avaliar uma nova alternativa para acalmar o Congresso e liberar o pagamento das emendas parlamentares do jeito que estava previsto desde o ano passado. A alternativa seria buscar um novo acordo com o Supremo Tribunal Federal/

O 'russo'

O problema todo vai ser o governo combinar com o russo — no caso, o maranhense Dino, relator da ação. Ontem, ele negou um pedido de reconsideração feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), que pedia a mudança em algumas das medidas por ele adotadas.

Adiamento

Pela proposta, o STF adiará para 2025 as exigências impostas pelo ministro Flávio Dino — e respaldadas pelo plenário — que impõem um maior grau de transparência e delimitam a aplicação dos recursos. A tese é de que em 2024 devem valer as regras antigas.

Sem jogadas

Preocupado com o mau humor do Congresso, Lula tratou de se reunir com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No Planalto, a ordem é enfatizar que o governo quer resolver o problema e não faz tabelelinha com Dino.